

Willi Bolle. *grandesertão.br*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2004, 478 páginas. [Coleção Espírito Crítico].

Sandra S. F. Erickson *

Que *Os sertões* (1902; doravante *OS*) de Euclides da Cunha (1886-1909) influenciou Guimarães Rosa (1908-1967) em *Grande sertão: veredas* (1956; doravante *GSV*) é a tese do *grandesertão.br* (todas as citações são desse livro) de Willi Bolle. Bolle diz que pretende seguir a teoria de Harold Bloom, ao propor *GSV* como uma “reescrita” de *OS* (p. 58) e utilizar, embora em sentidos equívocos, algumas terminologias bloomianas, como “misreading” (p. 33), “romance familiar” (p. 280, 281), e “apropriação da força do imaginário” (p. 147).

Numa abordagem mesquinha, Bolle desenvolve seus argumentos sempre no sentido de provar que o texto de Cunha é menor e menos relevante, tanto no aspecto literário quanto ideológico, do que o de Guimarães Rosa. Que ambos utilizem paradigmas ideológicos diferentes é um desenvolvimento natural da dialética da história. Cabe ao crítico e ao historiador analisar, entender e propor interpretações para esses paradigmas; todavia, decidir quais paradigmas ideológicos são melhores e mais relevantes é uma tarefa que não lhes compete – quiçá lhes pertença a de apontar quais paradigmas estéticos os sejam, especialmente quando se trata de dois textos igualmente grandes, igualmente relevantes, igualmente “fundadores” de uma tradição literária nacional e nacionalizante. No caso em questão, Cunha – ao contrário do que tem sempre constado em sua fortuna crítica – é abertamente acusado de racista, apologista da república e defensor da ideologia do sistema (p. 347, 348, 372, 392, entre outras).

* Professora adjunta do Departamento de Letras, UFRN. *E-mail:* ericksons@ufrnet.br

Existe uma tendência, nos atuais estudos euclidianos, de tratá-lo com demérito, como no romance *Polígonos das secas* (1994) de Diogo de Mainardi, no livro de crítica literária *A imitação dos sentidos* (1995) de Leopoldo Bernucci, e na minissérie *Desejos* (Rede Globo, 1995 e 1998). Esse fenômeno de reinterpretações do texto e da vida de Euclides da Cunha, ao qual Bolle se subscreve, merece ser estudado. Lamenta-se aqui o uso do grande livro de Guimarães Rosa como pano de fundo para esse tratamento de Cunha.

Tratando o texto de Rosa como um *website* do sertão (ver p. 89), Bolle trabalha com erudição, enveredando-se com eloquência e conhecimento nos diversos *links* que o texto sugere. A idéia do *website* é apropriada. Porém sua leitura apresenta alguns problemas. Primeiro, com relação à teoria de Bloom, a qual ele menciona apenas de passagem, mas a qual, já que ele menciona e invoca, poderia ter sido explorada na sua leitura. A razão para a não utilização sistemática da teoria de Bloom para ler – ou “desler” – GSV pode ser o fato de que o postulado principal de Bloom é o de que todo poeta (autor) experimenta uma “inveja criativa” profunda de um percussor (pai poético). Assim, Rosa teria sido profundamente inquietado por Cunha, tese inconveniente para Bolle.

Esse fenômeno dá origem ao que Bloom chama de melancolia (ou angústia) da criatividade (ou influência). Para utilizar a abordagem de Bloom, Bolle teria que admitir: primeiro, que o texto de Rosa é o resultado de uma inveja criativa do texto de Euclides; segundo, que Rosa, consciente ou inconscientemente, reconhece a prioridade e a fortaleza poética de *Os sertões*; terceiro, que a melancolia e as dúvidas de Riobaldo representam, no plano simbólico, a melancolia profunda experimentada por seu pai, Rosa; e quarto, que os magistrais recursos lingüísticos inventados e convocados no texto de Rosa são armas para dar combate (*agon*) de morte ao seu pai poético, Cunha, na tentativa, não menos épica do que a escritura do próprio *OS*, de derrotar tamanha fera da tradição literária. As investidas de Bolle são, ao contrário de tudo isso, no sentido de apontar que a narrativa de Euclides é menor em tudo do

que a de seu oponente canônico, por isso, ele mantém Bloom apenas como leve referência no seu vasto “site” de links bibliográficos.

Todavia, ainda que sua própria tese necessite de um exame mais objetivo, especialmente quanto à avaliação de seus resultados, o trabalho de Bolle trás à luz de um modo competente e pertinente a profundidade e complexidade das relações intertextuais entre essas duas obras. Sua leitura representa um convite a uma boa peleja.

Bolle aponta e detalha a fragmentação como característica e recurso do texto de *GSV* (p. 264, 265, 290), porém essa é, antes de tudo, uma característica do discurso dilacerado e melancólico. Ele também discute a descendência biológica do protagonista a qual é também especialmente relevante para os críticos do revisionismo dialético de Bloom. O discurso melancólico é exatamente caracterizado pelo sentimento de ambivalência em relação a si mesmo; pelas repetições enfáticas do mesmo discurso; a lamentação, a auto-acusação, o sentimento de culpa, a expectativa constante de punição. Tudo isso, conforme o próprio Bolle elenca, são características tanto do texto, quanto do protagonista de *GSV*.

De acordo com a perspectiva de Bloom, o poeta sempre, consciente ou inconscientemente, se sente culpado das “apropriações” que ele faz do discurso, da linguagem, do imaginário de seu “poema pai”. Seu discurso melancólico é, necessariamente, fragmentado porque ele precisa operar vários tipos de modificações no “corpo” (texto) do pai poético. Essa operação é realizada e diagnosticada através dos tropos ou figuras de linguagem, das quais seis são mais representativas da angústia da influência: a ironia (bastante ressaltada por Bolle), sinédoque, hipérbole/lítotes, metáfora, metonímia, e metalepse. Enquanto aqui não há espaço para detalhar-se o uso magistral desses tropos em *GSV*, é fácil para o leitor, verificar que todos eles constituem partes essenciais do discurso do narrador-protagonista – portador do *agon* to texto de Rosa. De posse desse “mapa” mínimo de tropos do texto, o leitor pode ainda verificar o fenômeno descrito por Bloom, ao aplicar a simbologia atribuída por ele aos tropos em *Um mapa da desleitura* (1995). Interessado em se tornar o “pai do clã”, o poeta não deseja

descendência (filhos poéticos), mas ao contrário ele quer, nem que para isso venda sua alma, ser o eterno chefe-jagunço-senhor das terras do poder poético. O cânone, como ressalta Bloom não só é radicalmente seletivo, mas exclusivo. O poeta forte tem que ter o instinto assassino e a coragem de entrar na arena.

Há várias contradições no texto de Bolle. Por exemplo, ele ora apresenta Riobaldo como um simples sertanejo e um “narrador que assume desde o início uma atitude humilde” (p. 40), ora como um sertanejo sofisticado, professor, intelectual, senhor de terra (p. 43), que é o que Riobaldo, na verdade, é.

Bolle argumenta que “o ponto estratégico da invenção de Guimarães Rosa” são “as questões estruturais mal resolvidas no livro de Euclides – o modo de narrar, a figura do narrador e o problema moral – são radicalmente reelaborados em *Grande sertão: veredas*” (p. 39). Por questões estruturais, Bolle quer dizer, principalmente, a questão do estatuto do texto de Cunha (história, romance, tratado científico, outros), a qual ele realmente não discute, apenas remete o leitor para a literatura já existente (p. 42). O modo de narrar e a figura do narrador são tópicos dentro dessa discussão maior. O problema moral teria haver com as questões ideológicas, a nosso ver, também estreitamente relacionadas à questão da escolha do gênero.

Com relação ao texto de Rosa, não existe questão quanto ao seu gênero: é mesmo ficção, podendo a crítica se dividir ou se divertir com os problemas de seu subgênero. Por exemplo, o próprio Bolle (p. 86) considera-o uma narrativa do tipo *Bildungsroman* (romance de formação), ressaltando que se trata de romance de formação no estilo de retratos do Brasil, pois trata da formação do país (p. 379, 380-82). Bolle oferece ainda outra interessante opção para o gênero textual de *GSV*, o de *genus iudiciale*, ou seja, “os discursos diante do tribunal” (p. 35, entre outras), no qual ele também inclui *OS*. Esse é um *insight* interessante para se aplicar a *GSV*, o qual instiga intrigantes perguntas: diante de que tribunal se encontra o narrador? Quem é, afinal, o ouvinte da história de Riobaldo e para que a ouve? Para julgá-lo? Condená-lo? Inocentá-

lo? Por qual crime? Teria ele, realmente empenhado sua alma ao Cujo que agora vinha buscá-lo na figura desse ouvinte tão atento?

Da perspectiva teórica de Bloom, seria mais adequado considerá-lo um *Kunstlerroman*, ou seja, um romance da formação do artista, pois, antes de mais nada e acima de tudo, ele conta a *via cruxis* do artista no *agon* pelos seus lauréis de melhor bardo. Veríamos as batalhas de que trata o enredo como simbólicas da luta pela prioridade criativa. Entender-se-ia o pacto com o Diabo, referência constante de Bolle, como o reconhecimento do autor de que sozinho, entregue às suas próprias forças poéticas, ele não poderia derrotar seu arquiinimigo poético, Cunha. Mas, ao mesmo tempo, representativa de sua sublimidade poética, pois Rosa está disposto a tudo para escrever sua narrativa do modo mais extraordinário possível e está disposto a pagar qualquer preço para obter o poder poético necessário para triunfar sobre *OS*. Todos os jogos de linguagem, dos quais Diadorim é apenas mais um, seriam desvios correspondentes às várias fases do enfrentamento poético (*clinamen*, *tessera*, *kenosis*, *demonização*, *askesis*, *apophrades*, apenas nomeadas por Bolle na p. 33 como referência geral à teoria de Bloom). E, enfim, a dúvida (cuja importância no texto é tal que o próprio Bolle atribui a função de *tópos*, p. 206, 207, 208) do protagonista, Riobaldo, representaria, nesse esquema, as dúvidas do próprio poeta com relação à sua força poética: teria ele derrotado seu oponente literário? Foi ele sozinho que derrotou o Hermógenes? Ele fez mesmo um pacto? A resposta para aquelas “melancolias” de que fala Riobaldo. Assim o “senhor”, que escuta a narração-defesa de Riobaldo poderia ainda ser o diabo do pai poético, vindo afinal se manifestar na *apófrades* que mostra a força poética e a vitória – ou pelo menos o empate – alcançada pelo poeta sobre seu precursor. Enquanto a culpa é o sentimento impagável da dívida poética do texto para com seu “poema pai”.

Quanto a *OS*, uma das grandezas de sua estrutura é exatamente a ambigüidade que suas nuances estruturais suscitam no estudioso. Ele pode ser lido, estruturalmente com mais de uma ótica. Entretanto, é difícil de aceitar que Cunha o tenha concebido como

ficção. Ainda se admitimos que ele possa ter tido a visão aristotélica que Rosa pode ter tido de considerar a poesia maior do que a história, é difícil de aceitar-se *OS* como obra de ficção. Isso fica claro em cada uma de suas páginas: é um “livro vingador”, livro denúncia de um fato real, histórico e terrível que o autor vivenciou. Fato o qual ele quer, não apenas resgatar do *oblivion*, mas denunciar e cujos culpados ele quer punir ainda que através do tribunal da história, pois não havia ainda o conceito de tribunais de guerra ou de crimes contra a humanidade. Isso Euclides, esse viajante do futuro, advoga. Isso nem mesmo Bolle pode negar.

A escolha do narrador de Cunha (objetivo e distante) e do modo de narrar (científico, linear, pois a história é uma ciência) não foram ditadas pelo pré-conceito do autor com relação aos sertanejos, como sugere Bolle (p. 85), mas, ao contrário para proteger a integridade do fato histórico por ele narrado. As mortes reportadas por Cunha não são mortes inventadas, fictícias e sua guerra não é a guerra entre bandos de jagunços, pagos ou a mando de senhores de terra, como no caso de *GSV*. Os mortos de Canudos não são jagunços partidários de bandos sem lei e sem causa, mas homens, mulheres, crianças beatos campônios que construíram uma cidade real cujas leis desafiavam o sistema e por isso foram todos exterminados.

Em *GSV*, a situação é diferente. Riobaldo é um chefe jagunço que vira senhor de terras e homens. Ele não é senhor de terras no sentido de Antônio Conselheiro. Do ponto de vista de Riobaldo não há tragédia, mas comédia, pois sua história muda de infortúnio para fortuna. Inclusive emocional, pois ele administra bem a perda de Diadorim.

Bolle argumenta que “Guimarães Rosa apresenta a guerra no sertão através do prisma dos discursos, diferentemente de Euclides da Cunha, que a narra como uma seqüência de acontecimentos” privilegiando os “moldes genético-causais e lineares do historicismo” (p. 117). Porque esse aspecto técnico do texto de Cunha pode pesar contra ele, não se pode entender, pois, conforme já se apontou, se ele está escrevendo a história de um fato real,

acontecido num espaço e tempo reais, como poderia ser de outro modo? Sua intenção é a de resgatar os fatos realmente acontecidos nas margens da história para a História. No caso de *GSV*, ao seguir “veredas” temporais e lingüísticas diferentes e múltiplas, inclusive no tratamento da fala dos personagens, principalmente do protagonista, não estará ele, ao invés de criticando o tratamento de Cunha, como sugere Bolle, ao contrário, chamando atenção do leitor para o aspecto imaginativo, fictício de sua narrativa? Não estará ele dizendo “minha história não é real, meu sertão não é *OS*”?

Há, entretanto, como Bolle afirma, um abismo de diferença com relação ao ponto vista moral – ou seja, ideológico dos dois textos. Todavia, essa diferença não é no sentido apontado por ele de que a “postura de Euclides se transforma em desprezo” (p. 397) pelos sertanejos que ele “estuda” e ele “defendeu o esmagamento de Canudos em nome dos ideais de uma república” (p. 392). Ele não “valoriza o sertanejo apenas como guerreiro” (BOLLE, p. 224). Essas afirmativas são falsas tanto quanto o são as afirmativas de que Guimarães Rosa não se interessava por política em sua ficção, que *GSV* é apenas um monumento de virtuosidade lingüista, sem vertentes – ou melhor, veredas, ideológicas. Cunha é enfático ao recitar as várias virtudes do sertanejo: honestidade, fidelidade, lealdade, solidariedade, perseverança, resistência física, esperteza, idoneidade – em outras palavras o pacote todo que se pode chamar “força de caráter” (*OS*, p 180-198) que são características dos heróis gregos.

O problema é bem mais profundo do que Bolle vislumbrou – e mais sofisticado. As diferenças de ponto de vista que as duas representações do sertão e *OS* revelam é muito mais complexa do que o delineado por Bolle. Elas não podem ser reduzidas, muito menos resolvidas etiquetando-se Cunha de apologista da república e porta-voz da ideologia dominante, como Bolle faz. Primeiro porque a ruptura de Cunha com a república já tinha acontecido logo no início do governo de Floriano Peixoto. Herói da república que ele tinha sido, Cunha termina uma espécie de vilão para a elite republicana. Isso os militares deixam claro. Ainda hoje resta tanto a

esclarecer sobre as circunstâncias obscuras de seu assassinato por um tenente do exército que foi, não apenas rapidamente absolvido, mas logo depois, mesmo tendo cometido um segundo assassinato (do próprio filho de Cunha) promovido. Ainda hoje, militares continuam escrevendo livros tentando negar o relato de Cunha.

Mais importante: a tese de uma afiliação positivista de Cunha é errônea. O projeto estético e ideológico de *OS* configuram uma afiliação mais hegeliana do que positivista. Os postulados defendidos por Cunha em *OS* são os de que a comunidade de Canudos, assim como qualquer outra da mesma natureza, seria, conforme Hegel postulou, inevitavelmente destruída pelo processo dialético do espírito universal. Dentro dessa dialética, valores opostos lutavam para serem “sintetizados” pelo processo histórico da marcha do espírito. Essa visão não é a visão atual do “espírito da história”. Essa mudança possibilitou a Rosa a abertura ideológica que Bolle corretamente identifica, embora, tal como o Conselheiro de Cunha, Riobaldo ainda seja um prisioneiro do tempo. Houve, como foi dito acima, uma mudança fundamental de paradigmas que “aprisionam” a visão de Cunha numa certa leitura aparentemente “conservadora”. Porém se ele o é, não o é do modo mesquinho apresentado por Bolle.

Cunha foi um intelectual honesto e competente. Um homem que transcendeu suas limitações culturais, tendo sido, em suas capacidades intelectuais e em suas leituras, um contemporâneo das maiores mentes de todos os tempos em muitos campos do conhecimento humano. Seu texto esteve sempre além de seus leitores – mesmo dos melhores deles. Suas teorias não são meramente as positivistas, nem as gumplowiczitas.

Com relação às supostas teses racistas defendidas por Cunha, ele mesmo responde aos seus críticos quando conclui que “a gênese das raças mestiças do Brasil é um problema que por muito ainda desafiará o esforço dos melhores espíritos” (*OS*, p. 141). Assim, ele não tem, nem muito menos postula uma tese, uma teoria sobre o assunto. Ele luta contra as perspectivas científicas de seu tempo indicativas de que o sertanejo seria uma raça inferior,

argumentando que os sertanejos – não só os de Canudos – “é antes de tudo um forte” (*OS*, p. 179). Ele não postula o pensamento de Broca, ao contrário, ele afirma que “É que, evidentemente não basta, para o nosso caso, que... apliquemos ao conjunto [de tipos brasileiros] a lei antropológica de Broca. Esta é abstrata e irreduzível” (*OS* p. 142). Note-se a função sintática de “é que,” indicando a conclusão do autor, que continua a afirmar que “é uma regra que nos orienta apenas no indagarmos a verdade. Modifica-se, como toda lei, à pressão dos dados objetivos” (*OS*, p. 143).

Não obstante Euclides tratar a “lei de Broca”, apenas como uma regra para iniciar uma discussão, ele ainda vai mais longe ao afirmar que “Mas ainda quando por extravagante indisciplina mental alguém tentasse aplicá-la, de todo despeada da intervenção daqueles [dados objetivos] não simplificaria o problema [das raças do Brasil]” (*OS*, p. 143). Depois de agonizar com postulados teóricos reconhecidos por ele como inválidos para tratar o sertanejo, ele conclui que “nos sertões a integridade orgânica do mestiço desponta inteiriça e robusta ... acomodando-se a novos e mais altos destinos, porque é a sólida base física do desenvolvimento moral ulterior” (*OS*, p. 177). Euclides, portanto, não merece a assertiva de Bolle de que “o autor de *Os sertões* se fazia de advogado [dos jagunços] diante do tribunal da história, acusando as forças do governo, acaba assumindo também o papel do juiz: valendo-se da maleabilidade das palavras, ele estigmatiza como ‘criminosos’ as vítimas, legitimando o seu extermínio” (p. 97). Se seu discurso é “duplo” (p. 97, 347) é apenas porque ele tenta entender como poderia a ciência, na qual acreditava, não explicar o fato real de que o sertanejo, contra seus postulados, era antes de tudo um forte? Ele tenta compromissos: “Hercúles-Quasímodos” e “Titãs de bronze” (*OS*, 179). Paradoxos. Antíteses. Teses. Anti-teses. Nada a que um hegeliano, em busca de sínteses, não pudesse conceber teoricamente. Cunha está sempre enfatizando que, a despeito de tudo que diz a ciência (de seu tempo), “nosso sertanejo faz exceção à regra” (*OS*, p. 193). E isso é a sua tese principal. Tese a qual ele prova e para a qual serve de prova os heróis de Canudos, a Tróia de taipa.

Bolle é muito competente ao identificar os aspectos dialéticos de *GSV*. Todavia, talvez, ao contrário de Bolle, Guimarães Rosa tenha percebido esse aspecto de *OS* e isso represente mais um dos aspectos agônicos de seu texto. Não uma correção, como sugere Bolle, mas simplesmente uma reafirmação da mitopoesis de *OS*. Na virada de paradigmas, Rosa, como sugere a fenomenologia heideggeriana que “vige” em *GSV*, deixa, naturalmente, o objeto (*OS*, o sertão) se manifestar por si mesmo: falar, como diz Bolle, com sua própria voz.

Cunha acredita num progresso – não no progresso prometido pelos ideólogos positivistas da República, mas – e talvez lamentavelmente – no progresso previsto pela fenomenologia do espírito de Hegel, projeto ideológico que foi, como já foi observado, o berço do marxismo, cujo paradigma é o da superação da exploração da força de trabalho pelo capital.

Nós, os pós-modernos, podemos reconhecer que há muitos outros tipos e formas de exploração a que é preciso dar voz e que é mister superar: animais e plantas, mulheres, grupos de etnias várias e assim vai o rol dos excluídos, dos que estão ainda nas margens da história (frase do próprio Euclides). Para Cunha existiu um certo e um errado. Errado e bárbaro foi o genocídio dos camponeses de Canudos. Errada e bárbara a república que o promoveu. Não há dúvida nenhuma sobre isso. Não há dúvida nenhuma de que a voz que pronuncia isso está do lado das vítimas e não de seus algozes. Não há dúvida nenhuma de que qualquer que tenha sido o sistema que desenvolveu e executou tal projeto está errado. O fato de que, no início de seu envolvimento com Canudos, ele era um intelectual alienado – fato do qual ele mesmo se penitencia – não muda o seu resultado final. Ao contrário, lhe dá mais crédito. Ele se converteu pelo mérito da causa.

Canudos foi uma história real. Não houve para ele ambigüidades de gêneros: era história, não era ficção – quiçá o fosse... Era preciso um narrador elite que fizesse parte no sistema e partindo dele viesse, de público, ao público denunciá-lo de dentro. Nisso consiste o impacto tremendo de seu relato: foi um intelectual,

um herói do sistema, um oficial da elite do exército que, diante do tribunal da História, fez a denúncia do crime para o qual não há defesas e cujo veredicto “vigerá” para sempre. Ao contrário do que afirma Bolle, Cunha identificou sim a Lei do Cão – era a República.

Existe sim uma força não só estética, poética, mais ideológica na perspectiva além do bem e do mal de *GSV*. Tais forças existem também na perspectiva “positivista” de *OS*. Positivista no sentido em que seu autor acredita em um bem e um mal. O bem seria o *welfare*, o progresso social promovido por um estado de justiça econômica onde os sertanejos deixariam de serem deixados à deriva do movimento da história até que as “forças do progresso” os ajudasse na transição histórica não do progresso para a barbárie. Como diz Cunha, a barbárie foi trazida para o sertão pela (suposta) civilização representada pela república. Enquanto isso, deveriam ser mandados professores para lá. Riobaldo é o professor que se torna jagunço pelo desejo de aventura e depois, acaba, nas veredas do sertão, senhor de terras.

Qual é a lição para os leitores? Qual a leitura de sertão que *GSV* nos dá? O sertão continua a terra ignota? Engolirá os professores transformando-os em jagunços e os corromperá até que se tornem pactários e, assim, senhores de terra e de jagunços? O que representa essa alusão elaborada de Guimarães Rosa? Seja qual for nossa resposta, uma coisa se pode dizer: esse não parece um fim corrosa para os tipos de conflitos identificados nos dois textos para o mesmo espaço geográfico. O fato de Riobaldo se transformar de professor em jagunço parece um retrocesso, não um avanço. Se ele responde à perspectiva de Cunha de que professores não dariam conta do sertão – perspectiva que talvez seja acertada, como interpretar o fato do jagunço professor se tornar, à custa de desmandos, em dono de terra?

Conforme Riobaldo, “sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado!” (p. 11). Assim, o sertão de *GSV* ainda representa – e apresenta – ao contrário do que mantém Bolle, o sertão como terra ignota. “O senhor tolere, isto é o sertão” (p. 1). Todavia, o sertão de *GSV* não é

uma configuração geográfica específica. Esse triunfo Guimarães Rosa obtém: o de, ao sistematizar a violência, o desmando, o sem-lei não como um fenômeno sertanejo, torna-o um fenômeno mais geral que existe onde quer que exista poder e força, luta pelo poder e pela força, pois o sertão é em qualquer lugar e viver é perigoso em qualquer lugar.